

Tenha acesso
versão digital



NOVO

Acesse: novotempotapejara.com.br

Tapejara, 04 de abril de 2026

Edição 769

R\$ 4,00

tempo

HOSPITAL SANTO ANTÔNIO DE TAPEJARA PROJETA EXPANSÃO DE ATÉ R\$ 40 MILHÕES E APROVA CONTAS

Fotos - Divulgação



PÁGINA 12

Com articulação do deputado estadual Gilmar Sossella, apoio do Estado e participação de lideranças como Arita Bergmann e o prefeito Evanir Wolff, além da atuação da diretoria, liderada por Sirinei Panizzon, hospital garante R\$ 4,8 milhões, reequilibra finanças e aprova contas em assembleia geral.

Encartado
nesta edição

Lojas **BECKER**
Tradição de Bem Viver!



MEMORIAL
Luz

Um espaço criado para que o amor
continue iluminando caminhos,
mesmo **após a despedida.**

Rua Valeriano Ughini, 617
Esquina com a Avenida Valdo Nunes Vieira
(em frente ao Cemitério Municipal)

(54) **3344-1984**


BIANCHI
funerárias
Tapejara • Ibicaçá

Da lavoura ao resultado, seguimos juntos.

Uma safra inteira de trabalho, construída com dedicação,
planejamento e parceria.

E quando chega o momento da colheita, faz toda a diferença
saber com quem contar.

A Cotrijal está ao lado do produtor em cada etapa.

Do plantio à entrega, seguimos juntos.



cotrijal



Divulgado resultado da eleição de Vereador Mirim 2026 em Tapejara

Estudantes de diversas escolas foram eleitos titulares e suplentes em iniciativa da Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores de Tapejara divulgou o resultado da eleição do programa Vereador Mirim 2026, contemplando estudantes de diferentes instituições de ensino do município. A iniciativa tem como objetivo incentivar a participação cidadã e aproximar os jovens do funcionamento do Poder Legislativo.

Na Escola Benvenuta S. Fontana, foi eleita como vereadora titular Ana Júlia Haupt, tendo como suplente Miguel Tamanho Pelizzaro. Já na Escola Marieli Andreo-

la, a titular escolhida foi Emily Daiana de Oliveira, com Morgana Araújo de Oliveira como suplente.

Na Escola Valeriano Ughini, Daniele Lamb Corroneti foi eleita vereadora titular e Augusto Comparin Maurina como suplente. Pela FAT – Faculdade e Escola, Frederico João Fontana de Giacometti foi eleito titular, com Isadora Maseto Gusso como suplente.

Na Escola Severino Dalzotto, Guilherme Lucion Casac Nova foi eleito titular e Laura Yasmin Rebeschini Chimango como

suplente. A Escola São Paulo teve como titulares Kauã Michelin e Francisco Joaquim de Souza, com Mathias Gabriel P. Marcon como suplente.

Já na Escola Leonel de Moura Brizola, foram eleitos como titulares Gabriel Tomazi e Kelvin S. Betancourt Serrada, com Joana S. Fontana e Romina Del Valle A. de Souza como suplentes. Na Escola Giocondo Canali, os titulares eleitos foram Arthur Machado da Veiga e Nayane B. Brusso, tendo como suplentes Thalyta Viana Dias e Stefani Áte-

na de Souza.

O programa Vereador Mirim busca proporcionar aos estudantes uma experiência prática sobre o processo legislativo, estimulando o desenvolvimento da consciência política, da responsabilidade social e do protagonismo juvenil.

A iniciativa reforça o compromisso do Legislativo municipal com a formação cidadã, promovendo a integração entre escola e poder público e incentivando a participação ativa dos jovens na construção da sociedade.

Fotos - Câmara de Vereadores de Tapejara



O programa Vereador Mirim busca proporcionar aos estudantes uma experiência prática sobre o processo legislativo



Município de Santa Cecília do Sul
Estado do Rio Grande do Sul
Extrato de Licitação

O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizou o seguinte Processo Licitatório:

Inexigibilidade de Licitação nº 03/2026

Data de abertura: 27 de março de 2026

Objeto: Contratação de apresentação artística do humorista Jair Cláudio Kobe, consagrado pelo personagem “Guri de Uruguaiana”, durante a programação oficial da Semana do Município de Santa Cecília do Sul/RS.

Contratada: Guri de Uruguaiana Produções LTDA

Valor: R\$ 35.000,00

Site <http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br> e informações adicionais pelo fone (54)3196-8535.

Santa Cecília do Sul - RS, em 27 de março de 2026.
Leonardo Panisson - Prefeito Municipal



Município de Santa Cecília do Sul
Estado do Rio Grande do Sul
Extrato de Licitação

O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizou o seguinte Processo Licitatório:

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2026

Data de abertura: 31 de março de 2026

Objeto: Contratação de apresentação artística da dupla César Oliveira & Rogério Melo, para realização de espetáculo musical durante a programação oficial da Semana Farroupilha do Município.

Contratada: Cesar Oliveira De Souza

Valor: R\$ 30.000,00

Site <http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br> e informações adicionais pelo fone (54)3196-8535.

Santa Cecília do Sul - RS, em 31 de março de 2026.
Leonardo Panisson - Prefeito Municipal



Município de Santa Cecília do Sul
Estado do Rio Grande do Sul
Aviso de Licitação

O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório:

Concorrência Eletrônica nº 02/2026

Sessão de Disputa: 27 de abril de 2026, às 09h00min

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação na área frontal da Capela e do Salão Comunitário da Comunidade Santo Antônio, no Município de Santa Cecília do Sul/RS, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme projeto e memorial descritivo.

Íntegra no site <http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br> e informações adicionais pelo fone 54 3196-8535.

Santa Cecília do Sul - RS, em 02 de abril de 2026.
Maicon Zago dos Santos - Prefeito Municipal em Exercício

EXPEDIENTE

NOVO tempo
UM JORNAL A SERVIÇO DA REGIÃO NOROCCIDENTE DO RS

CNPJ: 03.228.557/0001-72
Editor: Rodinei Agostini - MTB 9418
Diretor Geral: Rodinei Agostini
Diagramação: Fernanda A. da Silva
Redação: Alexandre Pessoa

Assinaturas: Emílio Tessari
Financeiro: Mirtis Falcão
Impressão: Bota Amarela
Tiragem: 2.000 exemplares

📍 Rua Independência, 279, sala 305 - Tapejara-RS
📞 Contato: (54) 9 8402.5591
✉ E-mail: novotempo@netvisual.com.br

Abrangência:

Tapejara, Água Santa, Santa Cecília do Sul, Vila Lângaro, Ibiaçá, Sananduva, Charrua, Coxilha, Sertão, Getúlio Vargas, Centenário, São João da Urtiga, Santo Expedito do Sul, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Lagoa Vermelha, Mato Castelhano e Passo Fundo.

CONFIRA O AVANÇO DO LOTEAMENTO HABITACIONAL VIDA NOVA!

Mais do que erguer casas, o loteamento envolve uma série de serviços e etapas essenciais.

O percentual de andamento considera todo esse trabalho, da documentação e preparação do terreno à implantação de ruas, água, energia elétrica e regularização.

47%
MAR/2026

100%



Vida Nova
LOTEAMENTO HABITACIONAL

PARA NOSSA GENTE

PREFEITURA DE
TAPEJARA
GESTÃO 2025-2028

HABITAÇÃO E
REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL

Tapejara consolida protagonismo regional com inauguração de centro de coleta de sangue

Inauguração do Hemotap marca entrega da ampliação da ESF Nazaré e início das coletas no município, com alcance à região Nordeste do RS

Foto - Eduardo Canali



O Hemotap funcionará como ponto de coleta vinculado ao Hemopasso, de Passo Fundo

Um novo espaço voltado à doação de sangue foi inaugurado em Tapejara, resultado da união entre poder público, entidades e comunidade. Na segunda-feira (30), a Prefeitura apresentou o Hemotap, instalado junto à ESF João Bernardes Dias, no bairro Nazaré, em cerimônia com a presença do prefeito Evanir Wolff (Big), do vice-prefeito Rodinei Bruel (Gipe), da secretária Municipal de Saúde Jovania Tognon Carissimi, do presidente da Câ-

mara de Vereadores André Rodrigues da Silva, além de representantes do Governo do Estado, do Hemopasso e da 6ª Coordenadoria Regional de Saúde.

O evento também marcou a ampliação da unidade de saúde, que recebeu 176 m², totalizando 355 m², com investimento superior a R\$ 630 mil, oriundos de emendas parlamentares e contrapartida municipal.

O Hemotap funcionará como ponto de coleta vinculado ao Hemopasso, de Passo

Fundo, responsável pelo processamento e distribuição do sangue. As coletas ocorrerão quinzenalmente, mediante agendamento, com capacidade de até 90 doadores por dia.

A iniciativa atende a uma demanda antiga, facilitando o acesso dos doadores, que antes precisavam se deslocar. Autoridades destacaram o avanço na saúde pública, o fortalecimento da rede regional e o impacto na ampliação das doações, reforçando a importância do engajamento coletivo.

O projeto é fruto de mobilização regional envolvendo entidades, empresas e voluntários, consolidando Tapejara como referência na captação de doadores e beneficiando municípios do Nordeste do RS. A expectativa é ampliar gradualmente o número de coletas e incentivar novos voluntários.

Além disso, o serviço contribui diretamente para a manutenção dos estoques de sangue em hospitais da região, reduzindo riscos de desabastecimento em situações de emergência e aumentando a agilidade no atendimento de pacientes. A estrutura também segue protocolos técnicos e sani-

tários, garantindo segurança aos doadores e qualidade no armazenamento do material coletado.

O agendamento prévio busca organizar o fluxo de atendimentos e evitar aglomerações, além de proporcionar maior conforto aos voluntários. A orientação é que os interessados procurem a unidade de saúde para cadastro e recebimento de informações sobre os critérios para doação.

Durante a cerimônia, também estiveram presentes a coordenadora-geral do Hemopasso, Claudete Mistura Dóro, o coordenador-adjunto da 6ª Coordenadoria Regional de Saúde, Marcelo Pacheco, o médico Johnny Dorval Zoppas, o presidente do Hospital Santo Antônio, Sirinei Panizzon, e a mobilizadora social Cíntia Pithan, além de vereadores, representantes de entidades, empresários e lideranças de municípios da região.

Durante a cerimônia, foram homenageadas entidades e pessoas que contribuíram com a iniciativa, incluindo profissionais da saúde e voluntários. O evento foi encerrado com uma bênção, reforçando o caráter solidário e coletivo do projeto.

Prefeitura de Tapejara implanta modelo pioneiro de educação financeira no Brasil e projeta expansão até 2029

Iniciativa liderada pela gestão Big-Gipe integra poder público, setor produtivo e entidade técnica, com uso de tecnologia, metodologia ativa e indicadores próprios

A Prefeitura de Tapejara lidera a implantação de um modelo estruturado de educação financeira na rede municipal, consolidando uma iniciativa pioneira no país. Desenvolvido em parceria com o setor produtivo e o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do RS, o projeto “Contar – Consciência Financeira” foi apresentado em pré-lançamento no La Felicità Centro de Eventos, reunindo autoridades, vereadores, imprensa, empresários e entidades.

A proposta estabelece um modelo educacional baseado em gamificação, inteligência artificial e monitoramento contínuo do desempenho dos estudantes. A iniciativa atende alunos do 6º e 7º anos, com início no segundo semestre, integrando estratégia de médio e longo prazo voltada à qualificação do ensino e à formação de cultura

de responsabilidade financeira desde cedo.

O assessor de planejamento, Rangel Maciel, destacou que o projeto resulta da união entre capacidade técnica e decisão institucional. A secretária de Educação, Jaqueline Palma, ressaltou o caráter coletivo da proposta e a importância do engajamento da sociedade, convidando empresários a participarem.

Com apoio do IBEF-RS, o projeto adota o conceito de consciência financeira, integrando prática, comportamento e tomada de decisão. Entre os diferenciais está o Índice CONTAR, que mede o desempenho dos estudantes de zero a cem, considerando aprendizagem, engajamento e evolução, com acompanhamento em tempo real e ajustes pedagógicos contínuos.

O modelo incorpora ferra-

mentas digitais, suporte com inteligência artificial para professores e avaliação direta pelos alunos, formando um sistema orientado por dados e com capacidade de adaptação constante.

O presidente do IBEF-RS, Eduardo Estima, afirmou que a iniciativa responde a um desafio estrutural ao formar pessoas capazes de compreender suas escolhas financeiras desde cedo. O vice-presidente Ismael Santos destacou o caráter estruturado e escalável, com impacto que começa na escola e se estende às famílias.

O evento também teve como objetivo mobilizar empresas e instituições. O modelo prevê integração entre poder público e setor produtivo, com investimento social e governança estruturada. O presidente da Câmara, André Rodrigues, reforçou a importância de investir

na formação das novas gerações para o desenvolvimento do município.

A implantação inicia em 2026, com mais de 500 alunos, e prevê expansão progressiva até 2029, ampliando estudantes, escolas e municípios envolvidos, além do impacto nas famílias.

O vice-prefeito Rodinei

Bruel destacou o legado da iniciativa na preparação das futuras gerações. O prefeito Evanir Wolff afirmou que o município avança ao implantar um modelo que integra tecnologia, metodologia e formação de consciência, consolidando Tapejara como referência em educação voltada ao futuro.

Foto - Eduardo Canali



O projeto foi apresentado em pré-lançamento no La Felicità Centro de Eventos

SINDILOJAS

Tapejara sedia encontro estratégico para qualificação profissional e desenvolvimento regional

Evento reuniu lideranças, setor produtivo e instituições de ensino para mapear demandas e projetar novas oportunidades educacionais

O município de Tapejara foi palco de um importante momento de diálogo e construção coletiva com a realização do Encontro de Vacionamento, promovido pelo SENAC, Sindilojas Nordeste Gaúcho e SESC. A iniciativa reuniu representantes do setor produtivo, lideranças regionais e poder público

com foco na qualificação profissional e no desenvolvimento econômico.

O Jornal Novo Tempo esteve presente no encontro, realizado na terça-feira, 31 de março, acompanhando as discussões e ouvindo os participantes. Entre os destaques, esteve a fala da diretora do Senac Passo Fundo, Lisiane Tier Martins.

Em entrevista, ela ressaltou a importância da escuta ativa junto à comunidade:

“Nosso propósito é abrir o diálogo e a escuta para entender as neces-

sidades de qualificação de mão de obra e os interesses que o município e a região têm no desenvolvimento econômico. A partir disso, buscamos identificar onde o Senac pode atuar, especialmente com a futura unidade educacional em parceria com o Sesc.”

Lisiane também destacou os desafios enfrentados pelo setor produtivo, especialmente a falta de profissionais qualificados, e a importância de construir soluções conjuntas com empresários e lideranças locais.

Durante o encontro, os participantes foram divididos em grupos de trabalho para levantar informações sobre as principais demandas da região. Esses dados deverão orientar tanto o planejamento dos cursos quanto a estrutura da futura unidade Sesc-Senac em Tapejara.

A forte participação de lideranças reforçou o compromisso coletivo em alinhar educação e mercado de trabalho, consolidando o evento como um passo importante para impulsionar o desenvolvimento local e regional.

Foto - Sindilojas Nordeste Gaúcho



O Jornal Novo Tempo esteve presente no encontro



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Vila Lângaro



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2026
EDITAL 05 – CONVOCAÇÃO 01

CLAUDIOCIR MILANI, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Vila Lângaro, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a convocação e cientificação da candidata a seguir classificada, devendo apresentar-se com a documentação completa, para assinar contrato temporário, no prazo de 10 (dez) dias corridos, podendo ser prorrogado por igual período.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA
1º lugar: Tatiana da Rosa de Souza

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA LÂNGARO-RS,
27 de março de 2026.

Claudiocir Milani
Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal

Rua 22 de Outubro, N.º 311 - CEP 99955-000 - Vila Lângaro - RS
Fones: (54) 9 9338 2976 / 9 9347 2731
www.vilalangaro.rs.gov.br



Município de Santa Cecília do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

Aviso de Licitação

O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório:

Pregão Eletrônico nº 05/2026
Sessão de Disputa: 16 de abril de 2026, às 09h00min
Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza, destinados à manutenção das condições de asseio, conservação e higienização dos prédios, instalações e dependências utilizadas pela Administração Pública Municipal.
Íntegra no site <http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br> e informações adicionais pelo fone 54 3196-8535.

Santa Cecília do Sul - RS, em 30 de janeiro de 2026.
Maicon Zago dos Santos - Prefeito Municipal em Exercício



Município de Santa Cecília do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

Aviso de Licitação

O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório:

Pregão Eletrônico nº 03/2026
Sessão de Disputa: 16 de abril de 2026, às 09h00min
Objeto: Aquisição de tubos de concreto.
Íntegra no site <http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br> e informações adicionais pelo fone 54 3196-8535.

Santa Cecília do Sul - RS, em 02 de abril de 2026.
Maicon Zago dos Santos - Prefeito Municipal em Exercício



**CONFIANÇA E
TECNOLOGIA**

**AO LADO DE
QUEM PRODUZ**





COTAPEL

DESDE 1985 AO LADO DE QUEM PRODUZ

SANANDUVA

Conclusão do curso de retroescavadeira fortalece qualificação no meio rural

Capacitação promovida em parceria com entidades locais reuniu produtores rurais e teve atividades teóricas e práticas

Foto - Prefeitura de Sananduva

O Governo Municipal de Sananduva realizou, recentemente, o encerramento do Curso de Retroescavadeira – Manutenção e Operação, promovido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-RS).

A iniciativa foi desenvolvida por meio da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Inovação, Indústria, Comércio, Trabalho e Serviços, com apoio da Emater e do Sindicato Rural, oferecendo qualificação gratuita voltada, prioritariamente, aos produtores rurais do município.

Com turma completa, o curso contou com a participação de oito alunos, que tiveram acesso a conteúdos teóricos e práticos. A parte te-

órica foi realizada na Casa da Cultura Prefeito Hilário Copatti, enquanto as atividades práticas ocorreram no Parque de Eventos, Esporte e Lazer Professor Kiki.

Durante a capacitação, os participantes puderam adquirir conhecimentos técnicos sobre operação e manutenção de retroescavadeiras, contribuindo para o aprimoramento profissional e para o fortalecimento das atividades no setor rural.

A proposta buscou incentivar a qualificação da mão de obra local, ampliando oportunidades e promovendo maior eficiência nas atividades desenvolvidas no campo.

Ao final, os participantes foram parabenizados pela dedicação e pela conclusão



A proposta buscou incentivar a qualificação da mão de obra local

do curso, considerado uma importante iniciativa para o desenvolvimento econômico e social do município. A ação

também reforçou o compromisso do poder público em investir na formação contínua dos trabalhadores, incentivando

a modernização das práticas agrícolas e o uso adequado de equipamentos no meio rural.

ÁGUA SANTA

Município garante R\$ 350 mil para fortalecer a avicultura local

Recurso será investido na aquisição de equipamentos, ampliando a capacidade produtiva e apoiando os avicultores do município

O município de Água Santa foi contemplado com uma emenda parlamentar no valor de R\$ 350

Foto - Prefeitura de Água Santa

mil, destinada pelo deputado Federal Alceu Moreira. O recurso será aplicado na aquisição de equipa-

mentos voltados ao fortalecimento da avicultura, uma das principais atividades econômicas locais.

A entrega oficial do ofício contou com a presença de autoridades municipais e regionais, entre elas o vice-prefeito José Lorençon, o secretário de Agricultura e Meio Ambiente Valmor Cerezoli, a assessora jurídica Eliane Corrêa, além dos vereadores Fernando Afonso Spagnol e Lair Terres de Quadros. Também participaram o deputado Estadual Luciano Silveira e o assessor parlamentar Jacir Miorando.

De acordo com o secretário Valmor Cerezoli, os investimentos terão impacto direto no dia a dia dos produtores. “Os equipamentos vão proporcionar melhores condições de trabalho, gerando mais economia e praticidade

nas atividades”, destacou.

A iniciativa reforça o compromisso com o desenvolvimento do setor agropecuário no município, incentivando a modernização da produção e valorizando os avicultores locais. A expectativa é de que o investimento contribua para o crescimento sustentável da atividade, aumente a competitividade dos produtores e gere novos avanços econômicos para Água Santa e toda a região. Além disso, a medida fortalece a permanência das famílias no meio rural, estimula a sucessão familiar e amplia as perspectivas de renda no campo, consolidando a avicultura como um pilar estratégico do desenvolvimento local.



A entrega oficial do ofício contou com a presença de autoridades municipais e regionais

COXILHA

5ª Feira do Peixe de Coxilha encerra com grande público e fortalecimento da economia local

Evento consolidou o município como referência regional na piscicultura, unindo tradição, gastronomia e integração entre cidades vizinhas

Foto - Prefeitura de Coxilha

A Feira do Peixe de Coxilha chegou ao fim na última sexta-feira (3), após quatro dias de intensa movimentação no município de Coxilha. Considerada uma das maiores edições já realizadas, a feira confirmou seu papel estratégico no fortalecimento da piscicultura e no estímulo ao comércio regional.

Realizado no pavilhão municipal, o evento reuniu produtores, visitantes e lideranças de diversas cidades do Norte do Rio Grande do Sul. Durante toda a programação, houve grande procura por pescados, especialmente carpas e tilápias, comercializadas tanto vivas quanto em filés congelados, atendendo à tradicional demanda da Semana Santa.

A abertura oficial ocorreu na quarta-feira (1º), a partir

das 19h, em um momento especial preparado com dedicação para receber a comunidade e visitantes, marcando o início de mais uma edição de sucesso da feira.

Ainda na quarta-feira, o evento sediou a Assembleia Geral Ordinária da AMPLA, fortalecendo o diálogo, a transparência e a união entre os participantes. O encontro foi considerado um momento importante para alinhar ideias, apresentar resultados e projetar novos caminhos, reforçando o compromisso coletivo com o desenvolvimento e o crescimento da comunidade.

A programação diversificada foi um dos destaques desta edição. Além da comercialização, o público participou de palestras técnicas, como debates sobre o crescimento da pis-

cicultura, e oficinas culinárias que incentivaram o consumo e a valorização do pescado. As atividades também incluíram apresentações musicais ao longo dos dias, proporcionando entretenimento para diferentes públicos.

O tradicional almoço da feira, realizado na quinta-feira, reuniu um grande número de participantes e reforçou o caráter comunitário do evento. Com cardápio à base de peixe, a atividade destacou a gastronomia local e fortaleceu a identidade cultural da região.

Outro ponto relevante foi a expressiva participação regional. A feira recebeu visitantes de diversos municípios vizinhos, resultado de uma ampla mobilização prévia que envolveu lideranças locais e



A abertura oficial ocorreu na quarta-feira, com grande participação

ações de divulgação em toda a região do Alto Uruguai e Planalto Médio.

O encerramento ocorreu na sexta-feira, com as últimas vendas de pescado. Ao final, a avaliação foi positiva tanto por parte da organização quanto dos expositores, evidenciando o crescimento con-

tínuo do evento.

Com a combinação de capacitação técnica, valorização cultural e estímulo econômico, a 5ª edição da Feira do Peixe reafirmou o compromisso de Coxilha com o desenvolvimento rural sustentável e consolidou o município como referência regional no setor.

Adquira **calcário** com a Coasa!

Tipos: calcítico e dolomítico

Espalhamos na sua lavoura, entregamos na sua propriedade ou você pode retirar nas unidades Coasa

A Coasa está ao seu lado também neste momento de planejar a correção de solo



COASA
COOPERAR
PARA DESENVOLVER



MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA

CNPJ: 97.578.090/0001-34 - Inscrição Estadual: 138/0018320
Rua do Comércio, 1420 - Centro
Fone: (54) 3344-1277- Fax: (54) 3344-1081
E-mail: mux@muxenergia.com.br
Site: www.muxenergia.com.br
CEP: 99.950-000 - Tapejara - Rio Grande do Sul

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2025 foi de 1,419 MWh. A Mux é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaci, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 13.248 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km², e 26 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 211,24 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 73 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo, elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado com o Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2022, sendo que o 6º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. A metodologia aplicada à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias está definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste/Revisão Tarifária 2025

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.489 de 22 de julho de 2025 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 9,29% (nove vírgula vinte e nove por cento).

Desempenho Operacional

O balanço energético apresentado a seguir reflete a demanda de energia necessária para o atendimento do sistema de distribuição de energia elétrica em 2025. No período, a energia requerida pelo sistema totalizou 99.286 MWh, representando um aumento de 9,65% em relação ao ano de 2024. Deste total, a geração própria correspondeu a 1,43% da energia requerida e 2,58% do mercado próprio da Mux Energia. O suprimento destinado ao mercado próprio representou 46,96% da energia requerida pelo sistema de distribuição, atendendo 84,84% da demanda do mercado próprio da Mux Energia. Já a micro e minigeração distribuída contribuiu com 12,58% do mercado próprio e 6,96% do total da energia requerida pelo sistema. Em comparação com 2024, verificou-se um aumento de 1,24% na energia faturada, um aumento de 18,19% na energia circulante para consumidores livres e um crescimento de 27,66% na energia injetada pela geração distribuída. Nota-se que a migração do consumidor cativo para o mercado livre segue de forma ascendente, porém com um crescimento menor se comparado ao ano anterior, enquanto a geração distribuída continua com força. No que tange à demanda máxima, registrou-se um patamar de 22,35 MW em 2025, frente aos 19,7 MW de 2024, evidenciando um incremento de 13,45%. A empresa está implementando um terceiro alimentador que irá permitir a redistribuição de cargas, garantindo a eficiência operacional, atendendo assim ao crescente aumento de demanda do sistema de distribuição.

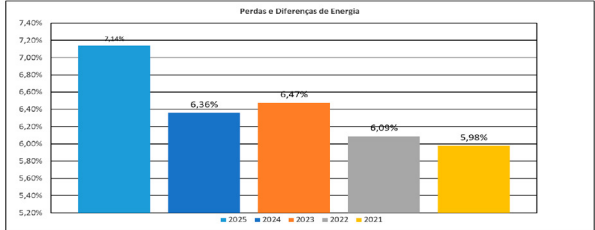
Balanço Energético em MWh											Taxa de Crescimento %				
	2025	Part %	2024	Part %	2023	Part %	2022	Part %	2021	Part %	2025/2024	2024/2023	2023/2022	2022/2021	
Suprimento - Mercado Próprio	46,629	84,8%	43,841	82,6%	38,128	87,2%	61,385	89,6%	61,726	91,9%	6,35%	-12,54%	-18,34%	-3,67%	
Geração Própria - Usina Avante	1,419	2,8%	3,785	7,1%	2,568	4,4%	4,519	6,0%	4,363	6,2%	-42,51%	47,38%	-43,17%	3,56%	
Micro e Mini Geração Distribuída	6,915	12,8%	5,407	10,2%	4,767	8,3%	2,588	3,7%	1,202	1,7%	27,66%	156%	83,0%	108,42%	
Total Energia Requerida Mercado MUX	54,963	100,00%	53,046	100,00%	57,463	100,00%	68,492	100,00%	69,332	100,00%	3,61%	-7,69%	-16,16%	-12,1%	
Fornecimento Energia Faturada	47,836	48,22%	47,288	52,22%	51,998	61,6%	65,519	77,7%	64,890	79,6%	1,28%	-9,00%	-33,16%	-1,50%	
Consumidor Livre	44,323	44,65%	37,381	41,42%	35,341	39,2%	11,882	16,4%	11,689	14,0%	18,19%	39,20%	104,38%	12,77%	
Perda e diferença de Energia	7,107	7,14%	5,759	6,30%	5,463	6,47%	4,971	6,09%	4,882	5,98%	2,50%	5,37%	9,99%	2,72%	
Total de Energia Injetada	99,286	100,00%	99,547	100,00%	84,484	100,00%	81,674	100,00%	81,020	100,00%	9,65%	7,28%	3,24%	0,81%	

Perdas

O índice de perdas do sistema é calculado com base na razão entre a diferença da energia total injetada e a energia medida dos consumidores (cativos e livres) pelo total da energia requerida pelo sistema de distribuição, conforme a seguinte equação:

$$Perdas\% = \frac{(EnergiaRequeridaTotal - (ConsumoCativo + ConsumoLivre))}{EnergiaRequeridaTotal} \cdot 100$$

Nos últimos anos, as perdas no sistema da Mux Energia mantiveram-se em patamares estáveis, ainda que com leve tendência de crescimento, impulsionada pelo aumento da potência e energia requerida pelo sistema. Entretanto, os níveis de perdas permanecem dentro de um intervalo considerado baixo quando comparados à média do sistema elétrico brasileiro. A Mux Energia adota uma política contínua de monitoramento e mitigação das perdas, por meio de investimentos e aprimoramentos técnicos. Além disso, o crescimento das perdas nesse ano se deu por conta da baixa geração da Usina Avante, que supria grande parte da carga de Ibiaci, quando a usina não gera, a carga tem que ser atendida pela subestação de Tapejara, justificando as perdas pela distância.



Distribuição de Energia Elétrica

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2025, foi de 92.199 MWh (84.789 MWh em 2024).

Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 29,67% do total do faturamento. Nos consumidores livres há uma ascendência na opção por esta modalidade que já representa 48,07% do total do faturamento, somando as classes industrial e comercial. A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2025 (MWh)	Part %	2024 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2025/2024	2024/2023
Residencial	27.359	29,67	25.704	30,32	6,44	8,94
Industrial	1.652	1,79	2.058	2,43	-19,72	-79,80
Comercial	13.261	14,38	14.036	16,55	-5,52	7,88
Rural	245	0,27	241	0,28	1,62	40,52
Poder Público	1.437	1,56	1.347	1,59	6,67	10,77
Iluminação Pública	1.553	1,69	1.564	1,84	-0,61	-7,46
Serviço Público	2.341	2,54	2.311	2,73	1,31	10,10
Consumo Próprio	26	0,03	26	0,03	-0,61	2,04
Consumidor Livre - Industrial	41.605	45,12	37.191	43,86	11,87	38,05
Consumidor Livre - Comercial	2.719	2,95	311	0,37	774,13	100,00
Total	92.199	100,00	84.789	100,00	8,74	7,41

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2025 atingiu 13.248 consumidores, um crescimento de 2,01% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 261 unidades consumidoras, destas 215 são residenciais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2025

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da Empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Consumidor	2025	Part %	2024	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2025/2024	2024/2023
Residencial	11.157	84,22	10.942	84,25	215	1,96	1,41
Industrial	56	0,42	59	0,45	-3	-5,08	-1,67
Comercial	1.885	14,23	1.841	14,18	44	2,39	2,05
Rural	12	0,09	13	0,10	-1	-7,69	-7,14
Poder Público	96	0,72	93	0,72	3	3,23	8,14
Iluminação Pública	5	0,04	5	0,04	0	0,00	0,00
Serviço Público	23	0,17	22	0,17	1	4,55	15,79
Consumo Próprio	4	0,03	4	0,03	0	0,00	0,00
Consumidor Livre - Industrial	5	0,04	4	0,03	1	25,00	0,00
Consumidor Livre - Comercial	5	0,04	4	0,03	1	100,00	0,00
Total	13.248	100,00	12.987	100,00	261	2,01	1,57

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica de maior relevância são os indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 38 minutos em 2025. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2022		2023		2024		2025	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	9	1,47	9	3,35	8	1,57	8	2,38
FEC (nº vezes)	7	0,98	7	3,20	6	2,57	6	1,87
TMA (minutos)	-	31	-	34	-	38	-	38

* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2025 o lucro líquido foi de R\$ 1.731 mil, comparado com o de 2024 R\$ 2.160 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 34.693 mil, e em 2024 ficou em R\$ 33.693 mil.

EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço - DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 2.508 mil em 2025 e R\$ 2.530 mil em 2024 representando uma diminuição de 0,87%.



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

O maior incremento de investimentos realizados pela Empresa em 2025 foi Obras de Distribuição de Energia Elétrica representaram R\$ 745 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. Na Usina, os investimentos representaram R\$ 842 mil, sendo praticamente todo o valor destinado para recuperação das peças da turbina hidráulica. Demais investimentos foram em Instalações Gerais. Ressalte-se que as obras e investimentos foram totalmente custeadas com recursos próprios.

Investimentos	2025	%	2024	%	2023	%
Obras de Geração	842	51,94	423	19,97	120	9,27
Obras de Distribuição	745	45,96	1.644	77,62	1.167	90,19
Instalações Gerais	34	2,10	51	2,40	7	0,54
Total dos Investimentos	1.621	100,00	2.118	100,00	1.294	100,00
Origem dos Recursos						
	2025	%	2024	%	2023	%
Recursos Próprios	1.621	100,00	974	45,99	774	59,81
Clientes	-	0,00	1.144	54,01	520	40,19
Total dos Recursos	1.621	100,00	2.118	100,00	1.294	100,00

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa Desenvolvimento e Inovação

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

No exercício de 2025, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.000 mil (R\$ 706 mil em 2024), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos Quotistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração

Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos. Este fato requer da Empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão. Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela Qualidade Total

A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2025 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria.” Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em dezembro de 2025.

Pelo 10º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.275 entrevistas em 103 distribuidoras, realizadas em 607 municípios. As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem féreu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional. Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023 e Selo Prata no ano de 2019, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem

as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Mensagem de Agradecimento

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara – RS, 06 de março de 2026

Alexandro Zanini
Diretor Presidente

CPF - 234.351.190-04

BALANÇO SOCIAL		Legislação Societária	
em 31 de dezembro de		Valores expressos em milhares de reais	
	2025		2024
1. Base de Cálculo			
Receita Líquida (RL)	34.693		33.693
Lucro Operacional (RO)	1.510		2.565
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.208		3.128
2. Indicadores Sociais Internos		% sobre	% sobre
	Valor	FPB	RL
Encargos Sociais	854	26,62	833
Alimentação	155	4,83	0,45
Segurança	9	0,28	0,03
Capacitação e Desenv. Profissional	11	0,34	0,03
Outros	6	0,19	0,02
TOTAL	1.035	32,26	2,98
3. Indicadores Sociais Externos		% sobre	% sobre
	Valor	RO	RL
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	22.782	1.508,74	65,67
Contrib. p/a Sociedade	-	-	9
TOTAL	22.782	1.508,74	65,67
4. Indicadores Corpo Funcional		Nº de Empregados	Nº de Empregados
Nº Empreg. ativos início ano	26		29
Nº Admissões no ano	4		3
Nº Demissões no ano	4		6
Nº Empreg. ativos fim ano	26		26
Escolaridade			
Pós Graduação	2		2
Superior	6		4
Ensino Médio	11		12
Ensino Fundamental	7		7
Faixa Etária dos Empregados			
Até 30 de idade	2		3
De 31 a 40 anos	6		6
De 41 a 50 anos	6		6
Superior a 50	12		10
Mulheres que trabalham na empresa	6		5
Menor Aprendiz	1		1
Nº de ações trabalhistas contra a empresa	0		0
5. Informações referente ao exercício da cidadania			
Nº total de acidentes de trabalho	0		0
Relação entre a maior e menor remuneração	5,83		7,75
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		(x) direção	(x) direção
() direção e gerências		() direção e gerências	
() todos os empregados		() todos os empregados	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) direção	(x) direção
() direção e gerências		() direção e gerências	

Continuação...

BALANÇO PATRIMONIAL				
em 31 de dezembro de				
Legislação Societária				
Valores expressos em milhares de reais				
ATIVO	Nota	2025	2024	
CIRCULANTE		13.162	11.835	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.669	1.916	
Consumidores	5	5.608	4.503	
Serviços em Curso	7	-	9	
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	384	320	
Depósitos Judiciais e Cauções		2	97	
Almoxarifado Operacional		600	609	
Ativos Financeiros Setoriais	12	2.358	2.146	
Despesas Pagas Antecipadamente		184	617	
Outros Ativos Circulantes	8	1.357	1.618	
NÃO CIRCULANTE		9.164	8.651	
Tributos a Compensar	6	72	68	
Despesas Pagas Antecipadamente		317	393	
Ativo Financeiro da Concessão	9	1.464	1.056	
Investimentos	10	591	527	
Intangíveis	11	6.720	6.607	
TOTAL DO ATIVO		22.326	20.486	
PASSIVO				
CIRCULANTE		8.419	7.165	
Fornecedores	13	3.498	3.363	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	450	447	
Tributos e Contribuições Sociais	15	798	895	
Encargos Setoriais	16	150	187	
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	17	855	839	
Passivos Financeiros Setoriais	12	2.159	1.108	
Outras Passivos Circulantes		509	326	
NÃO CIRCULANTE		627	374	
Encargos Setoriais		627	374	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.280	12.947	
Capital Social	18	7.500	7.500	
Reservas de Lucros	18	5.780	5.492	
(-)Quotas Próprias em Tesouraria		-	(45)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.326	20.486	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS				
em 31 de dezembro de				
Legislação Societária				
Valores expressos em milhares de reais				
	Nota	2025	2024	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		57.144	53.395	
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(22.451)	(19.702)	
Impostos estaduais		(8.686)	(7.995)	
Impostos federais		(4.641)	(4.544)	
Impostos municipais		(38)	(34)	
Encargos setoriais		(9.086)	(7.129)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	34.693	33.693	
CUSTOS OPERACIONAIS		(33.183)	(31.128)	
Custo com energia elétrica	21	(25.570)	(24.489)	
Energia elétrica comprada para revenda		(12.147)	(11.404)	
Encargo de uso dos sistema de transmissão		(12.419)	(12.252)	
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(1.004)	(833)	
Custo de operação	22	(7.613)	(6.639)	
Custo de Construção		(1.635)	(1.231)	
Pessoal		(3.208)	(3.128)	
Material		(183)	(194)	
Serviço de terceiros		(1.151)	(690)	
Depreciação e amortização		(551)	(517)	
Outros		(885)	(879)	
LUCRO DO SERVIÇO		1.510	2.565	
RESULTADO FINANCEIRO	23	(447)	(552)	
Receitas financeiras		853	494	
Despesas financeiras		(1.300)	(1.046)	
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		1.063	2.013	
Contribuição Social	24	(236)	(157)	
Imposto de Renda	24	(96)	(402)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO JCP		731	1.454	
Reversão dos juros sobre capital próprio		1.000	706	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.731	2.160	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
em 31 de dezembro de				
Legislação Societária				
Valores expressos em milhares de reais				
	Notas	2025	2024	
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.731	2.160	
Resultados Abrangentes		-	-	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.731	2.160	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
em 31 de dezembro de					
Legislação Societária					
Valores expressos em milhares de reais					
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	QUOTAS EM TESOUR.	EXC.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.500	4.138	-	(9)	11.629
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-
Aquisição de quotas próprias	-	(100)	-	(36)	(136)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(706)	-	(706)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.160	-	2.160
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.454	(1.454)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.500	5.492	-	(45)	12.947
Dividendos Pagos	-	(350)	-	(350)	-
Aquisição de quotas próprias	-	(33)	-	(15)	(48)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.731	-	1.731
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	731	(731)	-	-
Redistribuição aos sócios de quotas adquiridas	-	(60)	-	60	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	7.500	5.780	-	-	13.280

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
em 31 de dezembro de				
Legislação Societária				
Valores expressos em milhares de reais				
	2025	2024		
Atividades Operacionais	2.672	936		
Lucro Líquido do Exercício	1.731	2.160		
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	521	488		
Amortização	551	517		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30)	(29)		
Variações no ativo	(1.087)	(831)		
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(1.105)	(11)		
(Aumento) Redução Serviços em Curso	9	680		
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(65)	(94)		
(Aumento) Redução Estoque	103	99		
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	434	(26)		
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(212)	(1.409)		
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(251)	(70)		
Variações no passivo	1.507	(880)		
Aumento (Redução) Fornecedores	134	402		
Aumento (Redução) Empréstimos e Financiamentos	-	(1.800)		
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	(94)	(51)		
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais e Encargos Setoriais	(37)	(184)		
Aumento (Redução) Passivos Financeiros Setoriais	1.051	506		
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	183	133		
Aumento (Redução) Outros Passivos Não Circulantes	270	114		

Atividades de Investimento	(815)	(463)
Aquisições do Ativo Intangível	(1.387)	(1.777)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	572	170
Contribuição e Doações do Consumidor	-	1.144
Atividades de Financiamento	(1.104)	(866)
Pagamento de dividendos	(350)	-
Aquisição de quotas próprias	(48)	(36)
Juros sobre o capital próprio	(706)	(830)
Total dos efeitos no caixa	753	(393)
Saldo inicial de caixa	1.916	2.309
Saldo final de caixa	2.669	1.916
Variação no caixa	753	(393)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

A empresa também se utiliza das orientações e disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas e procedimentos definidos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturado e respectivas contas a receber, assim como a provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

2.3- Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, considerando ainda, quando requeridos, os ajustes por conta de utilização de estimativas contábeis, quando requeridas.

2.4- Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

03- Políticas Contábeis Materiais

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as Empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa(indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada como uma receita de construção em contrapartida a um custo de construção, tendo também como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função de: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa. A administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivo custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata e que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data da aplicação, sujeitos a um risco mínimo de valor. São demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3- Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros; bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Em 28 de novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPN 08, a qual trata do reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entendeu não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Empresa passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é

homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe destacar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da Empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 (R1) - OCPN 05 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados.

Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Empresa avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais são registrados contabilmente, quando requeridos.

3.13 - Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	39	118
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.630	1.798
Total	2.669	1.916

05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está assim representada:

		Vencidos			Total	
		Vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Subtotal	PCLD
Classe de Consumidores						
Residencial		1.630	258	53	1.941	(44)
Industrial		106	1		107	-
Comercial		845	125	24	994	(22)
Rural		13	-	-	13	-
Poder Público		116	-	-	116	-
Iluminação Pública		57	-	-	57	-
Serviço Público		177	171	-	348	-
Consumidor Livre		987	-	-	987	-
Subtotal		3931	555	77	4563	(66)
Serviço Taxado		10	7	4	21	-
Outros créditos(acres mor)		17	8	22	47	-
Renda não faturada		1.046			1.046	-
Total		5004	570	103	5677	(66)

		Vencidos			Total	
		Vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Subtotal	PCLD
Classe de Consumidores						
Industrial		-	-	599	599	(599)
Subtotal		-	-	599	599	(599)
Outros créditos		-	-	21	21	(21)
Total		-	-	620	620	(620)

setoriais.

No ano de 2020 foi firmando Parceria com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência - FATEC e a FOX IOT Soluções em Equipamentos e Engenharia para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Solução Inovadora de Comunicação de Longo Alcance Bidirecional de Baixo Custo para Leitura e Gerenciamento Remoto de Unidades Consumidoras Classe B em Áreas Urbanas, Suburbanas ou Rurais”, sendo que em 2024 foi concluído o projeto.

Ainda em 2024 a Mux Energia aderiu a um projeto plurianual cooperado intitulado Olimpíada Nacional de Eficiência Energética – ONEE, de cunho educacional promovido pela EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A em que 51 concessionárias de distribuição participaram cujo objetivo é promover uma ação educacional nas escolas de ensino fundamental de forma híbrida visando estimular hábitos sustentáveis que possam contribuir para o uso seguro e eficiente da energia elétrica em todo o território nacional e estimular as aprendizagens no campo de Ciências da Natureza o qual tem sua conclusão prevista para 2026.

	2025	2024
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		9
Total	9	9

08 – Outros Ativos Circulantes

	2025	2024
Outros Devedores	199	123
Subsídios Tarifários *	1.158	1.495
Total	1.357	1.618

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

09 – Ativo Financeiro da Concessão

A ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com a ICPC 01 (R1), a Empresa tem o direito de utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo somatório do ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	1.056
Transferência do Intangível	408
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-
Saldo final do Ativo Financeiro	1.464

	2025	2024
Ativo Financeiro da Concessão	1.464	1.056
Ativo Intangível da Concessão	6.720	6.607
Total Contrato de Concessão	8.184	7.663

Contrato de Concessão

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaciá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deveria observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretaria a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da Empresa não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquido de provisão para perda quando aplicável.

	2025	2024
Participações Societárias Permanentes	522	457
Outros Investimentos	69	70
Total	591	527

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2025	2024
Em serviço (Líquido)	9.621	9.732
Em Curso	314	288
Obrigações especiais (Líquida)	(3.215)	(3.413)
Total	6.720	6.607

A movimentação do saldo ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está assim representada:

	Serviço	Curso	Total
Saldo do Intangível em 31/12/2024	6.319	288	6.607
Adições	-	1.642	1.642
Baixas	(935)	-	(935)
Amortização	(390)	-	(390)
Transferência - Ativo Intangível	1.621	(1.616)	5
Transferência - Ativo Financeiro	(408)	-	(408)
Obrigações Especiais	199	-	199
Saldo em 31/12/2025	6406	314	6720

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam valores dos consumidores e dos municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:

	2025	2024
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	2.813	2.813
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	1.219	1.219
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo	306	306
Amortização	(1.297)	(1.098)
Participações em Curso	134	134
Total	3.214	3.413

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Para os ativos e passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial - Políticas Contábeis Materiais, a Empresa reconhece na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os seguintes itens:

Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA.

	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Reajuste Tarifário de 2025 (em amortização)				
Parcela A	837	225	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	227	404	-	-
	1.064	629	-	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2026				
Parcela A	1.059	794	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	235	723	-	-
	1.294	1.517	-	-
Total	2.358	2.146	-	-
Passivo				
Reajuste Tarifário de 2025 (em amortização)				
Parcela A	358	2	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	874	279	-	-
Devoluções Tarifárias	80	-61	-	-
	1.312	220	-	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2026				
Parcela A	32	301	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	563	306	-	-
Devoluções Tarifárias	252	281	-	-
	847	888	-	-
Total	2.159	1.108	-	-
Total Líquido	199	1.038	-	-

CVA: Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados nao gerenciaveis, que razem parte ao caucio ao maice ae reajuste tarifario. Os principais custos que integram a “Parcela A” são: CDE, PROINFA, ESS e Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

Reajuste tarifário de 2025 em amortização: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2025 a 21 de julho de 2026.

Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2026: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2025 a 31 de dezembro 2025 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de energia a partir de 22 de julho de 2026.

13 – Fornecedores

	2025	2024
Encargos de uso da rede elétrica	105	117
Suprimento de energia elétrica	1.444	1.407
Compra de energia elétrica	164	108
Encargos de conexão	1.716	1.657
Materiais e Serviços	69	74
Total	3498	3363

Representa as obrigações para com fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Empresa, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

14 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2025	2024
Folha de Pagamento Líquida	92	77
Provisão para Férias e Encargos	299	321
Tributos Retidos na Fonte	49	43
Consignações em Folha	10	6
Total	450	447

15– Tributos e Contribuições Sociais

Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	75	67
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	346	310
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	128	425
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	76	67
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	19	18
Tributos Retidos na Fonte	151	-
Imposto sobre Serviços	3	3
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	-	5
Total	798	895

16 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.10 - Encargos Setoriais - Políticas Contábeis Materiais, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	2025	2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	26	10
Ministério das Minas e Energia - MME	13	5
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	76	40
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	109
PROCEL	32	20
Taxa de Fiscalização	3	3
Total	150	187

17 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercicios anteriores. Em 2025, a Empresa creditou aos sócios o montante de R\$ 1.000 mil (R\$ 706 mil em 2024). Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2025, a distribuição foi no valor de R\$ 350 mil, referente a lucros acumulados apurados em exercicios anteriores.

	2025	2024
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos - ref. 2024	5	239
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	1.000	706
Imposto de renda retido sobre JSCP	(150)	(106)
Total	855	839

18 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 7,5 Milhões, equivalente a 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil cotas) no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída pela apropriação dos lucros ou prejuízos apurados em cada exercício social, líquida das destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025 possuía o saldo de R\$ 5.780 mil (R\$ 5.492 mil em 2024).

19 – Receita Operacional Líquida

	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita	13.234	12.975	47.850	47.261	38.577	36.828
Fornecimento - Faturado						
Residencial	11.157	10.942	27.359	25.704	22.305	20.337
Industrial	56	59	1.652	2.058	1.370	1.651
Comercial	1.885	1.841	13.261	14.036	10.654	10.851
Rural	12	13	245	241	163	174
Poder Público	96	93	1.437	1.347	1.250	1.130
Iluminação Pública	5	5	1.555	1.564	781	737
Serviço Público	23	22	2.341	2.311	2.053	1.948
Uso da Rede Elétrica de Distribuiç	10	8	44.324	37.501	9.911	8.446
Consumidores Livres - Industrial	5	4	41.605	37.190	9.235	8.395
Consumidores Livres -Comercial	5	4	2.719	311	676	51
Fornecimento Não Faturado					75	29
* Obrigações Especiais (-)					(209)	(169)
Ativo Financeiro Setorial Líquido					-	754
Outras receitas					9.544	8.062
Receita da Construção					1.635	1.230
Outras Receitas Operacionais (nota 20)					7.909	6.832

Receita Operacional Bruta	57.144	53.395
Deduções		
Tributos		
PIS/COFINS	(4.641)	(4.543)
ICMS	(8.686)	(7.995)
ISS	(38)	(35)
Subtotal	(13.365)	(12.573)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(193)	(156)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(125)	(174)
Conta de Desenvolvimento Energético	(8.730)	(6.765)
Taxa de Fiscalização	(39)	(34)
Subtotal	(9.086)	(7.129)
Total de Deduções da Receita	(22.451)	(19.702)
Total Receita Operacional Líquida	34.693	33.693

Obs.: O valor expresso em Fornecimento Faturado foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

*Obrigações Especiais: A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas referentes a Ultrapassagem de Demanda (UD) E Excedente de Reativo (ER) sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

20 – Outras Receitas Operacionais

	2025	2024
Arrendamentos e Aluguéis	24	15
Renda da Prestação de Serviços	397	360
Compartilhamento de Infraestrutura	993	944
Subsídios Tarifários Fonte Incentivada e Baixa Renda	5.875	4.479
Subsídios Tarifários Micro e Mini Geração Distribuída	453	869
Serviço Taxado	131	121
Outras Receitas	36	44
Total	7909	6832

As outras receitas operacionais estão substancialmente representadas por receitas referentes a concessão de subsídios tarifários estabelecidos em Lei reembolsados pela CCEE, além de receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador.

21 – Custo com Energia Elétrica

	Quantidade em MWh		Milhares de R\$	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada				
Compra de Energia	47.119	44.168	11.102	10.171
Proinfa	981	1.013	1.004	833
Micro e Mini Geração Distribuída	6.915	5.417	2.546	2.045
Geração Própria	1.419	3.785	241	624
Subtotal	56.434	54.383	14.893	13.673
Crédito Pis e Cofins			(1.742)	(1.437)
Total			13.151	12.235
Uso da Rede de Energia				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			13.680	13.488
Crédito Pis e Cofins			(1.261)	(1.235)
Total			12.419	12.253
Total Custo com Energia Elétrica	56.434	54.383	25.570	24.489

22 – Custo de Operação

	2025	2024
Custo da Operação		
Pessoal	2.836	2.709
Administradores	373	419
Material	183	194
Serviço de Terceiros	1.151	690
Arrendamentos e Aluguéis	460	433
Seguros	18	17
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	14	8
Tributos	59	34
Amortização	551	517
(-) Recuperação de Despesas	(30)	(29)
Outros Gastos	284	315
Custo da Construção	1.635	1.231
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	79	101
Total	7613	6639

23 – Receitas e Despesas Financeiras

	2025	2024
Receita Financeira		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	317	188
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	200	148
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	190	76
Outras Receitas Financeiras	187	109
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(41)	(27)
Total	853	494

Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(1.000)	(706)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(163)	(21)
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios	-	(187)
Outras Despesas Financeiras	(137)	(132)
Total	(1.300)	(1.046)

26 – Instrumentos Financeiros

O negócio da Empresa compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações financeiras: os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Valor justo: é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Empresa, estão assim representados:

Risco de Crédito: O risco surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Empresa dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Empresa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

27 – Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme segue:

Descrição	Inc./Rat./Expl.	Vend./Granizo	Danos Elétr./Outros	Início	Término
Seguro Almoxnafado	600	150	20	abr/25	abr/26
Seguro Demais Imóveis	1550	280	85	abr/25	abr/26
Total Seguro Imóveis	2150	430	105		

Descrição	Danos Materiais	Danos Pessoais	Morte/Danos Morais	Início	Término
Seguro Veículos	1500	1500	200	mai/25	mai/26
Equipamentos de Veículos	200	0	0	jul/25	jul/26
Total Seguro Veículos	1700	1500	200		

Descrição	Morte	Invalidez	Assist. Funeral	Início	Término
Seguro Pessoal/ Indiv. - Direção	271,55	271,55	5	abr/25	mai/26
Seguro Pessoal/ Indiv. - Demais	135,78	135,78	5	abr/25	mai/26

28 – Ajuste a Valor de Presente

A Empresa observou as disposições previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cujos resultados apurados nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores foram considerados irrelevantes, não havendo, portanto, a necessidade de se efetuar ajuste a valor presente sobre os saldos existentes nas referidas rubricas contábeis.

29 – CDE Modicidade Eletrobrás

Conforme Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047.

No decorrer desse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores.

Segue abaixo os repasses anuais:

Exercício de 2023 – 28/04/2023 R\$	131.677,26
Exercício de 2024 – 29/04/2024 R\$	276.544,05
Exercício de 2025 – 30/05/2025 R\$	33.719,61

30– Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societárias da Empresa estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.

31 – Eventos Subsequentes

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera substancialmente o sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, substituindo tributos federais (PIS, COFINS, IPI) e subnacionais (ICMS, ISS) por um IVA Dual (CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços e IBS - Imposto sobre Bens e Serviços), além da criação de um Imposto Seletivo (IS).

A implementação ocorrerá de forma gradual, com início das alíquotas de teste em 2026 e substituição integral a partir de 2033.

A Administração da Entidade, com apoio de assessoria especializada, vem avaliando constantemente os impactos decorrentes da reforma em suas atividades e, com base no atual estágio de implementação da reforma, entende que não haverá impactos relevantes sobre suas atividades operacionais e/ou financeiras. Adicionalmente, a Empresa vem proporcionando aos seus colaboradores e administradores, cursos de capacitação profissional visando a plena implementação dos requisitos exigidos pela reforma, bem como adaptando seus sistemas para as exigências fiscais e operacionais requeridas.


Alexandre Zanini
Diretor Presidente
CPF - 234.351.190-04


Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CPF - 494.609.860-72

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Quotistas da
Muxfeldt Marin & Cia Ltda
Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 10 de março de 2026.

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2


Marco Antônio Harger Luckmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR

Mux Energia se destaca no Prêmio ANEEL 2025 e reforça excelência no atendimento ao consumidor

A Mux Energia foi uma das grandes vencedoras do Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor 2025, consolidando sua posição como referência em qualidade de serviço e relacionamento com os clientes no setor elétrico brasileiro. A empresa conquistou o primeiro lugar na categoria que reúne distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com até 30 mil unidades consumidoras, destacando-se pela avaliação positiva dos usuários atendidos.

O reconhecimento é resultado direto do desempenho da companhia no Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (Iasc), que mede a percepção dos clientes sobre aspectos essenciais como confiabilidade

de do fornecimento, atendimento, acesso aos serviços e clareza das informações prestadas. A pesquisa, realizada entre setembro e dezembro de 2025, ouviu mais de 29 mil consumidores em todo o país.

A premiação evidencia a capacidade da Mux Energia de manter um padrão elevado de qualidade mesmo em um segmento marcado por desafios operacionais e exigências regulatórias rigorosas. O resultado reforça o compromisso da distribuidora com a melhoria contínua dos serviços e com a valorização da experiência do consumidor.

Além do desempenho técnico, o reconhecimento também reflete a estratégia da empresa de fortale-

cer o relacionamento com os clientes, investindo em atendimento eficiente e soluções que atendam às necessidades locais. Em um cenário onde a satisfação do consumidor ganha cada vez mais relevância na regulação do setor, a conquista posiciona a Mux Energia como exemplo de gestão orientada ao cidadão.

A atuação consistente ao longo do período avaliado demonstra também a eficiência operacional da companhia, aliada a investimentos em infraestrutura e inovação. Esses fatores contribuem para ampliar a confiabilidade do sistema e garantir maior estabilidade no fornecimento de energia aos consumidores atendidos.

O prêmio foi recebido pelo diretor-presidente da Mux Energia, Alexandre Zanini, que representou a empresa durante a cerimônia e destacou a importância do reconhecimento como resultado do trabalho coletivo das equipes e do

compromisso permanente com a qualidade dos serviços prestados.

O Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor, criado há mais de duas décadas, é considerado um dos principais indicadores da qualidade percebida no

setor elétrico brasileiro. Ao figurar entre os destaques da edição de 2025, a Mux Energia reafirma seu papel como uma distribuidora comprometida com excelência, transparência e confiança junto aos consumidores.

Foto - Mux Energia



O prêmio foi recebido pelo diretor-presidente da Mux Energia, Alexandre Zanini

Hospital Santo Antônio de Tapejara garante R\$ 4,8 milhões, avança na expansão e aprova contas em assembleia

Com articulação do deputado estadual Gilmar Sossella, apoio do Estado, reequilíbrio financeiro e mobilização da comunidade, hospital projeta novo anexo de até R\$ 40 milhões e aprova por unanimidade as contas e o plano de ação em assembleia geral

O Hospital Santo Antônio de Tapejara vive um momento histórico, marcado pela reestruturação financeira e por um ambicioso projeto de expansão que promete transformar o atendimento em saúde na região.

Na sexta-feira (27), foi assinado o convênio com o programa Avançar Mais Saúde, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, garantindo investimento inicial de R\$ 4,8 milhões para a primeira etapa do novo anexo. O projeto prevê R\$ 12,4 milhões em recursos estaduais, articulados junto ao governo de Eduardo Leite, com apoio do deputado estadual Gilmar Sossella.

Participaram do ato a secretária da Saúde Arita Bergmann, o prefeito Evanir Wolff (Big), o vice-prefeito Rodinei Bruel (Gipe), o presidente da Câmara André da Silva, o vereador Ernani Nunes e o prefeito de Santa Cecília do Sul, Leonardo Panisson, além de outras lideranças regionais.

Também estiveram presentes representantes da direção do hospital, como o presidente Sirinei Panizzon, o vice-presidente Altemir Abido, o superintendente Guilherme

Tybusch e o tesoureiro Renato Marcolin, que tiveram papel fundamental na condução do projeto e na recuperação financeira da instituição.

A nova estrutura terá seis pavimentos e mais de 3 mil metros quadrados, contando com UTI adulto (10 leitos), serviços de nefrologia e oncologia, ressonância magnética, centro cirúrgico, pronto atendimento ampliado e 36 novos leitos. A ampliação elevará significativamente o nível de atendimento hospitalar, reduzindo a necessidade de deslocamento de pacientes para outros centros.

Além dos avanços estruturais, o hospital também consolidou importantes resultados na reorganização financeira. De uma dívida aproximada de R\$ 6 milhões, a instituição quitou débitos com a Caixa Econômica Federal e o Sicredi, além de renegociar outros compromissos em 48 parcelas, com juros de 0,5% ao mês. Até março de 2026, quatro parcelas já haviam sido pagas, garantindo maior segurança na gestão e previsibilidade orçamentária.

Outro marco recente ocorreu no dia 31 de março, com



Durante a assembleia, o presidente Sirinei Panizzon destacou a importância das negociações realizadas para a reestruturação dos débitos

a realização da Assembleia Geral Ordinária do Hospital Santo Antônio, no Centro Cultural José Maria Vigo da Silveira, reunindo associados para deliberação de importantes pautas institucionais.

Na ocasião, foram apreciados e aprovados por unanimidade a prestação de contas referente ao exercício de 2025, incluindo relatórios administrativos, financeiros e demonstrativos contábeis, bem como a prestação de contas das doações recebidas, especialmente os recursos destinados ao projeto do Anexo

Hospitalar. Também foram deliberados temas como a atualização do Estatuto Social, a apresentação do Plano de Ação, a abertura de nova filial, a alteração do CNAE para Farmácia, além da inclusão e cadastramento de novos associados.

A apresentação da prestação de contas foi conduzida pela contadora Monica Aguirre. Já os temas relacionados à atualização do Estatuto Social e ao Plano de Ação foram apresentados pelo superintendente Guilherme Tybusch. As informações sobre doações e emendas ficaram a cargo do vice-presidente Altemir Abido e do membro da direção Norberto Dall'Olive.

Durante a assembleia, o presidente Sirinei Panizzon destacou a importância das negociações realizadas para a reestruturação dos débitos, consideradas fundamentais para o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade da instituição. Ele também ressaltou a relevância social do hospital e a necessidade de continuidade dos projetos em andamento.

Ao final, Panizzon agradeceu aos associados, colaboradores e à comunidade pelo apoio e dedicação, estendendo o reconhecimento às

lideranças políticas, especialmente ao Executivo Municipal, à Câmara de Vereadores e às Secretarias de Saúde dos municípios e do Estado. Também fez menção honrosa aos presidentes anteriores, reconhecendo suas contribuições para o fortalecimento da instituição.

Com mais de R\$ 8 milhões em doações da comunidade e investimento total que pode chegar a R\$ 40 milhões, a obra do novo anexo deve ser executada ao longo de quatro anos, priorizando fornecedores locais. A ampliação consolidará o Hospital Santo Antônio como referência para mais de 20 municípios, ampliando o acesso a serviços especializados, fortalecendo a saúde regional e impulsionando o desenvolvimento econômico por meio da geração de empregos e da movimentação do setor produtivo.

A expectativa da direção é de que, ao final das obras, o hospital amplie de forma expressiva sua capacidade de atendimento, qualificando ainda mais os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e garantindo maior resolutividade, com impacto direto na qualidade de vida da população regional.

Foto: Divulgação



Autoridades estaduais, municipais e regionais, lideranças políticas e representantes do Hospital Santo Antônio de Tapejara participaram do ato

Santa Cecília do Sul é contemplada com trator agrícola por articulação da Copercicla

Equipamento foi indicado por deputada federal e deve fortalecer o trabalho dos agricultores e o desenvolvimento sustentável

O município de Santa Cecília do Sul foi contemplado com a indicação de um trator agrícola, viabilizado por meio de articulação da Copercicla junto à deputada federal Denise Pessôa (PT). O equipamento será destinado ao fortalecimento das atividades no meio rural.

A entrega do ofício ocorreu com a presença do assessor Ivan Brugalli, do vereador Aldecir Perondi e do vice-prefeito Maicon Zago dos Santos, marcando mais um avanço nas ações voltadas ao desenvolvimento do município.

O investimento representa um importante reforço para os agricultores locais, que passam a contar com melhores condições de trabalho no campo. A expectativa é de que o equipamento contribua diretamente para o aumento da produtividade e para a melhoria das atividades agrícolas.

Além do impacto econômico, a iniciativa também está alinhada com práticas de desenvolvimento sustentável,

promovendo o uso mais eficiente de recursos e incentivando a permanência das famílias no meio rural.

A Copercicla destacou que a conquista reforça o papel da cooperativa na geração de renda, na preservação ambiental e no apoio contínuo ao crescimento de Santa Cecília do Sul, evidenciando o compromisso com a comunidade e com o fortalecimento do setor agrícola local. A chegada do novo equipamento também deve auxiliar na execução de serviços essenciais, como preparo do solo, manutenção de estradas rurais e apoio a pequenas propriedades, ampliando a capacidade de atendimento às demandas do setor e promovendo maior eficiência nas ações desenvolvidas no campo.

A iniciativa ainda evidencia a importância da articulação entre lideranças políticas e entidades locais, garantindo investimentos que impactam diretamente a qualidade de vida no meio rural.



Fotos: Copercicla

A entrega do ofício ocorreu com a presença do assessor Ivan Brugalli, do vereador Aldecir Perondi e do vice-prefeito Maicon Zago dos Santos



Legislativo aprova projetos em sessão ordinária

Propostas tratam de alteração de feriado municipal e criação de feira da agricultura familiar

A Câmara Municipal de Santa Cecília do Sul realizou, no dia 30 de março, sessão ordinária em que foram analisados e votados dois projetos de lei, ambos aprovados por unanimidade pelos vereadores.

O Projeto de Lei nº 019/2026 dispõe sobre a alteração da data de feriado municipal para o ano de 2026, estabelecendo adequações no calendário oficial do município. Já o Projeto de Lei nº 020/2026 ins-

titui a Feira Municipal da Agricultura Familiar e Artesanato, com o objetivo de incentivar a produção local e promover a comercialização de produtos da comunidade.

As matérias aprovadas seguem agora para os demais trâmites legais. Segundo o Legislativo, as iniciativas visam fortalecer a organização do calendário municipal e fomentar o desenvolvimento econômico local.

Foto -Câmara de Vereadores de Santa Cecília do Sul



Os projetos foram aprovados por unanimidade pelos vereadores

Comunicado de Perda de Bloco de Produtor Rural

O produtor rural, Josmar Humberto Fontana, CPF nº 998.884.910-91, comunica a perda e/ou extravio de Bloco de Produtor Rural, conforme Boletim de Ocorrência nº 967/2026/150842, registrado em 26 de março de 2026, junto à Delegacia de Polícia de Tapejara/RS.

Trata-se de bloco de notas fiscais de produtor rural sob o número P 165 769891 a 769900, com data de entrada em 19/06/2015 e data de retirada em 31/07/2015.

Foto -Câmara de Vereadores de Água Santa



VILA LÂNGARO

Vila Lângaro participa de reunião sobre combate à violência doméstica na comarca de Tapejara

O encontro foi conduzido pelo promotor de Justiça, Albino Romero Junior

Na quarta-feira, 25 de março, o Ministério Público de Tapejara sediou uma reunião que reuniu representantes dos municípios da comarca, além de autoridades do Judiciário, da segurança pública e da assistência jurídica, com foco no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Vila Lângaro esteve representada pelo vice-prefeito em exercício, Claudiocir Milani, e pelo procurador-geral do município, Josemar Comiran. O encontro foi conduzido pelo promotor de Justiça, Albino Romero Junior, e contou com a participação da juíza, Amanda Rodrigues da Gama, do defensor público, Gilberto Ernesto Tomelero, além de representantes da Polícia Civil e da Brigada Militar.

Durante a reunião, fo-

ram apresentados dados atualizados sobre os casos de violência doméstica registrados nos municípios da comarca. As informações serviram de base para a discussão de estratégias conjuntas voltadas à prevenção, ao acolhimento das vítimas e ao fortalecimento das ações de combate a esse tipo de crime.

Entre as medidas debatidas, destacam-se a ampliação de campanhas de conscientização, a realização de ações educativas junto à comunidade e o reforço da atuação integrada entre os órgãos envolvidos. A proposta é promover maior engajamento social e facilitar o acesso das vítimas aos canais de denúncia e aos serviços de apoio.

De acordo com os participantes, a união entre os municípios e as instituições

é fundamental para garantir respostas mais efetivas e reduzir os índices de violência doméstica na região.

Em Vila Lângaro, algumas ações já estão sendo planejadas e devem ser implementadas ao longo

do ano, com o objetivo de prevenir casos e fortalecer a rede de proteção às mulheres. A iniciativa também busca incentivar a denúncia e ampliar o suporte às vítimas.

Outro ponto destaca-

do foi a importância da capacitação contínua dos profissionais envolvidos no atendimento, garantindo um acolhimento mais humanizado e eficiente às mulheres em situação de violência.

Foto: Marcelo Andrade Biazutti



Vila Lângaro esteve representada pelo vice-prefeito em exercício, Claudiocir Milani



Câmara aprova projetos, moções e indicações em sessões de março

Matérias analisadas incluem auxílio-alimentação, apoio a propostas nacionais, convênio com hospital e ações de infraestrutura

Fotos - Vereadores de Vila Lângaro



A população pode acompanhar as sessões ordinárias presididas por Valdecir Domingos Costella, presidente da Câmara de Vereadores de Vila Lângaro

A Câmara Municipal de Vereadores de Vila Lângaro realizou, nas sessões ordinárias dos dias 16 e 23 de março, a apreciação de projetos de lei, moções e indicações de interesse do Executivo e do Legislativo municipal.

Na sessão do dia 16 de março, foi aprovado o Projeto de Lei nº 08/2026, que acresce e altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.304/2025, concedendo auxílio-alimentação ao cargo de Secretário Municipal. A proposta foi aprovada por seis votos favorá-

veis e dois contrários.

Na mesma sessão, deu entrada em regime de urgência a Moção de Apoio nº 10/2026, de autoria do vereador Edilson, em apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2025, do senador Carlos Portinho (PL/RJ), que modifica o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A moção foi aprovada por unanimidade.

Também foram aprovados, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 01/2026, que altera o artigo 17 do Regimento Interno da Câmara, e a Moção de Repúdio nº 08/2026, contrária à carga tributária no país.

Ainda na sessão, a Indicação nº 11/2026 propôs a criação de consórcio intermunicipal para gestão de resíduos sólidos, visando reduzir custos na transformação de vidro em areia, sendo aprovada por unanimidade.

Na sessão do dia 23 de março, foi aprovado o Projeto de Lei nº 09/2026,

que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Hospital Santo Antônio. A matéria entrou em regime de urgência e foi aprovada por unanimidade.

Também foram aprovadas a Moção de Apoio nº 11/2026, em apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 108/2021, do senador Jayme Campos (União-MT), sobre o aumento do limite do MEI, e a Moção de Apoio nº 09/2026, em apoio aos agricultores e às dificuldades enfrentadas pelo setor.

Por fim, as Indicações nº 12 e 13/2026 sugerem a aquisição de triturador de galhos e folhas e a instalação de internet no Galpão Crioulo Jocemar Souza dos Santos, ambas aprovadas por unanimidade.

As sessões ocorrem às segundas-feiras, a partir das 18h30, no Plenário Frei Ari Tognon, com transmissão ao vivo e participação da comunidade.

www.expotapejara.com.br


EXPO
 TAPEJARA 2026

22 a 26
ABRIL
2026

 oportunidades
 que ligam o futuro...

 Compre aqui
 seu ingresso:

 Compre seu
 passaporte:

Passaporte
Cavalo Crioulo

Leilão de Cavalos Crioulos

Apresentação de
Cães de Pastoreio
e Cães AdestradosBorder Collie e
Pastor-Belga Malinois

24 de Abril

Nenhum
de Nós

25 de Abril

Hugo &
Guilherme

26 de Abril

Leonardo

22 de Abril

Danni
Suzuki

23 de Abril

Daniel
Dias

23 de Abril

Dado
Schneider

 Espaço
Gestão

REALIZAÇÃO:

EXPO
 TAPEJARA
 EXPOTAPEJARA FIBRAS E EVENTOS

Acisat
 Associação de
 Criação e
 Comercialização de
 Soja

JCI
 Tapejara

PREFEITURA DE
TAPEJARA
 GESTÃO 2025-2028

CÂMARA DE
VEREADORES
 TAPEJARA

PATROCÍNIO DIAMANTE:

FARMÁCIAS
São João
AGRODANIELI
ADUBOS
COXILHA
coprel
telecom
Sicredi
PIETROBON

PATROCÍNIO OURO:

Bianchini
 EMPREENDIMENTOS

PATROCÍNIO PRATA:

COTAPEL
vero
CORSAN

PATROCÍNIO BRONZE:

Super
Central
KANINHA
ECONÔMICO
 atacado

Compromisso com a sua colheita

 Na safra de soja, conte com a Coasa
 para receber sua produção com
 confiança, segurança e parceria.

Entregue na unidade Coasa mais próxima de você!


COASA
 COOPERAR
 PARA DESENVOLVER

 Aponte a câmera do seu
 celular para o QR Code e
 conheça nossas unidades


coasars



coasars.com.br

UMA NOVA CRECHE PARA UM NOVO FUTURO



As obras da nova creche começaram no Real II. **Com R\$ 4,3 milhões de investimento próprio, a Prefeitura vai entregar um espaço moderno, seguro e acolhedor para a educação infantil.**

Mais avanço e mais cuidado para as nossas crianças.

AVANÇA TAPEJARA

**NOVA CRECHE
BAIRRO REAL**

PREFEITURA DE
TAPEJARA
GESTÃO 2025-2028